



Ministério da Educação e Cultura

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Câmpus Piracicaba

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Piracicaba - SP

Agosto / 2016



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Machado Feres

REITOR DO IFSP

Eduardo Antonio Modena

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Fernandes Júnior

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Whisner Fraga Mamede

PRÓ- REITORA DE ENSINO DO IFSP-SP

Reginaldo Vitor Pereira

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wilson de Andrade Matos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Eduardo Alves da Costa

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS PIRACICABA

Aguinaldo Luiz de Barros Lorandi

GERENTE EDUCACIONAL

Anderson Belgamo

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Adalberto Coutinho de Araújo Neto

Adelino Francisco de Oliveira

Ricardo Silveira Orlando

COMISSÃO PEDAGÓGICA

Luciana Valéria Lourenço Grossi

SUMÁRIO

1	DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO:	4
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	4
1.2	IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS	4
1.3	MISSÃO	5
1.4	HISTÓRICO INSTITUCIONAL	5
1.5	HISTÓRICO DO CÂMPUS	6
2	JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO:	9
2.1	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	14
3	OBJETIVO	15
3.1	OBJETIVO GERAL	15
3.2	OBJETIVO ESPECÍFICO	1Erro! Indicador não definido.
4	IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	16
4.1	DENOMINAÇÃO	16
4.2	UNIDADE RESPONSÁVEL	16
4.3	ÁREAS DO CONHECIMENTO	16
4.4	COMISSÃO DE ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO	16
4.5	COORDENAÇÃO DO CURSO	16
4.6	CARGA HORÁRIA DO CURSO	17
4.7	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	17
4.8	LOCAL DE REALIZAÇÃO	17
4.9	NÚMERO DE VAGAS	17
4.10	PÚBLICO ALVO	17
4.11	PERFIL DO EGRESSO	17
4.12	GRUPOS E LINHAS DE PESQUISA	17
4.13	SISTEMA DE OFERECIMENTO	17
4.14	TIPOS DE FINANCIAMENTO	18
4.15	IMPLANTAÇÃO	18
5	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO	18
5.1	PROCESSO SELETIVO	18
5.2	PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ALUNO	18
5.3	CORPO DOCENTE RESPONSÁVEL	19
6	ESTRUTURA CURRICULAR	20
7	PLANOS DE ENSINO DAS DISCIPLINAS OFERTADAS	21
8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	42
9	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	Erro! Indicador não definido.
9.1	BIBLIOTECA	42
9.2	ESTRUTURA FÍSICA	42
9.3	EQUIPAMENTOS	43
	ANEXO I – MODELO DO CERTIFICADO	45
	ANEXO II – PORTARIA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO	46

1. DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10.882.594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé - São Paulo – SP, CEP: 01109-010

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: gab@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 158154

GESTÃO: 26439

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO CÂMPUS

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Piracicaba

SIGLA: IFSP-PRC

CNPJ: 10.882.594/0016-41

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Diácono Jair de Oliveira, 1005 – Santa Rosa – Piracicaba/SP

CEP: 13414-155

TELEFONES: (19) 3412-2700

FAC SÍMILE: (19) 3412-2700

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://prc.ifsp.edu.br/>

DADOS SIAFI: UG: 158528

GESTÃO: 26439

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.3. MISSÃO

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento.

1.4. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O primeiro nome recebido pelo Instituto foi o de Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo. Criado em 1910, inseriu-se dentro das atividades do governo federal no estabelecimento da oferta do ensino primário, profissional e gratuito. Os primeiros cursos oferecidos foram os de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937 e o nome da Instituição foi alterado para Liceu Industrial de São Paulo, denominação que perdurou até 1942. Nesse ano, através de um Decreto-Lei, introduziu-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, refletindo a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico.

A partir dessa reforma, o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, passando a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Um Decreto posterior, o de nº 4.127, também de 1942, deu-se a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e de cursos pedagógicos. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Posteriormente, em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas.

Por sua vez, a denominação Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, em ação do Estado que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Durante a primeira gestão eleita da instituição, após 23 anos de intervenção militar, houve o início da expansão das unidades descentralizadas – UNEDs, sendo as primeiras implantadas nos municípios de Cubatão e Sertãozinho. Já no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a instituição tornou-se um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o que possibilitou o oferecimento de cursos de graduação. Assim, no período de 2000 a 2008, na Unidade de São Paulo, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, além de Licenciaturas e Engenharias.

O CEFET-SP transformou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, sendo caracterizado como instituição de educação superior, básica e profissional.

Nesse percurso histórico, percebe-se que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Técnica, Escola Técnica Federal e CEFET), assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP – que atualmente conta com 34 campi – contribui para o enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo e para o desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada câmpus. Atua também na pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e na democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

1.5. O HISTÓRICO DO CÂMPUS PIRACICABA

A cidade de Piracicaba está localizada em uma região bem desenvolvida e industrializada do Estado de São Paulo. Piracicaba tem aproximadamente 356.716 habitantes, e sua economia está vinculada à produção agrícola e industrial, com destaque para o setor sulcroalcooleiro e metal-mecânico.

O município apresenta área de aproximadamente 1.368 km², sendo o 19º município em extensão territorial do Estado de São Paulo. O município apresenta um parque industrial diversificado, composto por indústrias, empresas nacionais e multinacionais. Piracicaba está inserida na principal malha viária do Estado e possui interligação rodoviária facilitada para o porto de Santos.

A presença de importantes instituições de ensino e pesquisa na cidade elevam sua condição para Pólo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de ser um importante centro de formação regional com a oferta de cursos técnicos e a formação de cerca de 20 mil estudantes.

Piracicaba é a 5ª maior cidade exportadora do Estado e a 9ª do Brasil.

Um dos maiores atrativos da cidade é a qualidade de vida, com um IDH na marca de 0,836.

A cidade é cortada pelo rio Piracicaba e apresenta-se como referência em cultura, lazer e entretenimento, com teatros, cinemas, galerias de arte, museus, centros culturais eventos de projeção internacional como o Salão de Humor e a Bienal Naif, além de parques ecológicos, uma boa rede hoteleira e de restaurantes, cantinas, bares e lanchonetes.

Produção sucroalcooleira de Piracicaba

Piracicaba responde por 80% da produção de álcool nacional e de 30% da produção mundial. O setor industrial de Piracicaba possui tecnologia própria e completa para a fabricação dos equipamentos e sistemas integrados, desde a entrada da cana, seu processo de destilação até a geração de vapor e co-geração de energia excedente.

O desenvolvimento do setor empresarial contribui para gerar um ambiente favorável à instalação de empresas de micro e pequeno porte na produção de bens e prestação de serviços. Tendo como ponto de partida a cana-de-açúcar, a cidade de Piracicaba construiu, ao longo dos anos, competência específica no ramo da metal-mecânica, quer seja como fornecedora de máquina e equipamentos para o setor agrícola, quer seja para a produção de combustível alternativo. Mostrando desta forma que os dois setores, sulcroalcooleiro e metal-mecânica são setores complementares e que o desenvolvimento de um está intimamente ligado com o outro.

O número de estabelecimentos envolvidos em toda a cadeia de produção do álcool é de aproximadamente 956 estabelecimentos e cerca de 7.000 postos de empregos diretos. No município já existem escolas de educação profissional, sendo duas do SENAI, na área de metal-mecânica e uma do Centro Paula Souza.

Em 2006, na região, como forma de organização, 80 indústrias, 10 usinas/destilarias, 6 institutos de pesquisa e entidades ligadas ao setor constituíram o Arranjo Produtivo Local do Álcool, que visa ser reconhecido como referência mundial em desenvolvimento e na aplicação de tecnologia em combustíveis renováveis.

Parque Tecnológico de Piracicaba

O Câmpus Piracicaba tem sua localização privilegiada, integrando o Parque Tecnológico de Piracicaba. O Parque Tecnológico – Localizado na rodovia SP-147 – Piracicaba/ Limeira “Deputado Laércio Corte” - bairro Santa Rosa, foi criado pela Lei Municipal Complementar nº 233/2008. O Parque representa uma grande conquista da comunidade que, além de alavancar iniciativas em andamento, promove e apoia a criação e o crescimento de empresas de base tecnológica, além de empreendimentos sociais pela oferta de ensino gratuito.

O Parque Tecnológico conta com importantes elementos, entre eles: concentração geográfica, especialização, múltiplos atores, competição e cooperação, massa crítica, ciclo de vida de agrupamento e inovação.

A região é responsável pelo fornecimento de 65% dos bens de capital para manutenção e expansão da capacidade de produção do etanol brasileiro. É berço de tecnologias para o setor suco-alcooleiro – âncoras industriais e de pesquisas. Possui ambiente favorável e organizado e conta com o apoio do Município.

Dados Sócio-econômicos de Piracicaba

Área Total -1.368,40 Km²

População Estimada em 2013 – 385.287 habitantes

PIB (2012 – em milhões de reais) – 11.887.387,87

PIB per capita (2012 em reais) – 32.135,11

Alunos matriculados na Educação Infantil (2007) - 5.937

Alunos matriculados no Ensino Fundamental (2007) – 11.323

Alunos matriculados Graduação (2007) – 16.847

Alunos matriculados Pós-graduação (2007) - 2.988

Equipamento e serviços Municipais de Saúde (2007) -118

IDH Municipal/Atlas PNUD 2013 – 0,785

Taxa de Alfabetização (2010) 97,07%

Taxa de Analfabetismo (2010) – 2,93%

2. JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO

Localização e caracterização sociogeográfica de Piracicaba

Piracicaba é um município da região noroeste do estado de São Paulo, a 164 km da cidade de São Paulo. Tem uma área de 1 376,913 km², dos quais 31,5733 km² constituem a zona urbana e 1 345,339 km² constituem a zona rural. Em 2015, sua população foi estimada pelo IBGE em 391 449 habitantes, sendo o 17º município mais populoso de São Paulo. 97,3% de seus habitantes vivem na zona urbana. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2010, era de 0,785, considerado alto na classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 2012, na classificação feita pelo IPC, que levou em consideração o consumo dos municípios do Brasil, Piracicaba ficou em 47º lugar, com um consumo de R\$ 7,54 bilhões. Várias rodovias, tais como a Rodovia Luiz de Queiroz, a Rodovia Cornélio Pires e a Rodovia do Açúcar, ligam Piracicaba a diversas cidades do estado.

Breve histórico da economia piracicabana

Piracicaba foi fundada em 1767, às margens do Rio Piracicaba. No decorrer do século XIX, a agricultura se desenvolveu no município, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar e do café. Contudo, ainda na primeira metade do século XX, a economia da cidade entrou em decadência com o fim do ciclo do café e a queda constante de preços do açúcar. Isso foi revertido com o início de sua industrialização, com a abertura de plantas fabris ligadas ao setor metal-mecânico e de equipamentos destinados à produção de açúcar. Na década de 70, a criação do Pró-álcool, programa voltado para a produção de álcool hidratado para uso automotivo, e a crise mundial do petróleo contribuíram significativamente para o crescimento industrial de Piracicaba que chegou a ser o 52º maior PIB brasileiro, em 2012.

Cultura em Piracicaba

Além da importância econômica, Piracicaba ainda é um importante centro cultural. Podem ser citados como pontos de interesse os bairros de Santa Olímpia e Santana, fundados por imigrantes Italianos, o Horto Florestal de Tupi, o Balneário de Artemis, o Parque Professor Phillipe Westin, os parques situados às margens do Rio Piracicaba, o Espaço de

Lazer e Cultura do Engenho Central, os diversos teatros etc. A cidade também conta com inúmeros projetos e eventos culturais realizados pela Secretaria da Ação Cultural da Prefeitura de Piracicaba (SEMAC), órgão responsável por projetar a vida cultural piracicabana. O Salão Internacional de Humor de Piracicaba, por exemplo, é considerado um dos mais importantes eventos de humor gráfico do mundo, realizado anualmente no Engenho Central, antigo engenho canavieiro que foi tombado como patrimônio histórico e cultural, servindo hoje como espaço cultural, artístico e recreativo.

Aspectos da educação em Piracicaba e a necessidade de formação docente

Piracicaba possui diversas Universidades, Faculdades e Escolas Técnicas. Alguns exemplos: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP), Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP-Unicamp), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP – Câmpus Piracicaba), Faculdade de Tecnologia de Piracicaba (FATEC – Centro Paula Sousa), Escola de Engenharia da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (EEP – FUMEP) etc.

A tabela abaixo apresenta alguns dados referentes à Educação Básica de Piracicaba:

Números da Educação Básica em Piracicaba *								
			Escolas municipais			Escolas estaduais		
Denominação	Duração	Faixa etária	Matrículas	Docentes	Escolas	Matrículas	Docentes	Escolas
Educação infantil	5 anos	0 a 5 anos	~17000	~1700	86			
Ensino fundamental 1	5 anos	6 a 10 anos	~17000	~600	46	~3000	~300	12
Ensino fundamental 2	5 anos	11 a 15 anos	~30000			~16000	~1600	50
Ensino médio	3 anos		~16000			~11000		40

*Fontes: IBGE:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=353870&idtema=16&search=||síntese-das-informações>

- Secretaria Municipal de Educação
- Diretoria de Ensino da Região de Piracicaba – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Há que se destacar que os números da tabela acima se referem às escolas municipais e estaduais de Piracicaba, isto é, não foram computados os números relativos às instituições de ensino particulares. Diante do considerável tamanho da rede pública de educação, acredita-se que há, em potencial, uma grande demanda na área de formação de educadores em direitos humanos. Isso porque, no município, não há nenhuma instituição de ensino que ofereça cursos

presenciais de pós-graduação *lato sensu*, de forma regular, na área de Educação em Direitos Humanos.

O tema dos direitos humanos alcança singular relevância nas sociedades contemporâneas. O conhecimento profundo dos direitos humanos – com sua ampla gama de documentos, leis, instâncias institucionais, concepções filosóficas etc. – compõe-se como base para a manutenção e avanço da própria democracia. Nesse sentido, a sociedade carece de profissionais capacitados a debaterem e defenderem os direitos fundamentais da humanidade.

O tema dos direitos humanos assume uma dimensão central na própria concepção de vida em sociedade no contemporâneo. Por trás das noções de direitos humanos, encontra-se latente a compreensão acerca das possibilidades da vida e a análise das condições fundamentais, básicas para que a vida singular alcance toda sua potencialidade. Identificar situações nas quais os direitos humanos são sistematicamente violados representa um importante passo de denúncia de uma realidade que deve ser política e socialmente superada.

A formação em Direitos Humanos constitui-se como passo fundamental para a construção de uma sociedade de fato democrática, guardiã do direito e da justiça.

A compreensão acerca dos direitos humanos alcança significado e representação no contexto do período do Renascimento, com o movimento humanista, e, posteriormente, no desenvolvimento do pensamento moderno, com os filósofos e pensadores naturalistas, a partir do século XVII, a debaterem e discernirem sobre os direitos naturais do homem. Neste ponto, apenas a título de breve citação, torna-se relevante destacar a tradição do pensamento liberal, com Thomas Hobbes, Thomas Paine, John Locke entre outros. Mas é no século XX, sob os impactantes horrores das grandes Guerras mundiais – sob o signo da concorrência e da corrida das grandes potências econômicas usurpando riquezas e territórios das colônias, na subsunção da cultura de muitos povos aos padrões e dominação europeus, na perversidade do holocausto, nas bombas nucleares, na conflagração dos crimes contra a humanidade, nos genocídios –, que se pensa, sob a chancela da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948.

As transformações sociais e econômicas, em período renascentista, revelam um novo tempo a delinear as relações humanas e culturais. É tempo de florescer do comércio, das navegações, de tomadas de outros territórios. Mudanças econômicas são acompanhadas por transformações na ordem política e nas representações legais. A noção do Estado Moderno a comandar relações e controlar “o estado de natureza” – como sugerirá Thomas Hobbes – insurge com força e vitalidade, indicando novas formas de regulação de existência e da relação entre as pessoas. Um pouco antes de Hobbes na cronologia histórica, o pensamento do

florentino Nicolau Maquiavel já acentuava a centralidade do poder político – representado na figura do Príncipe – na formatação da dinâmica social. Maquiavel lança as bases teóricas para a racionalização da política e do próprio Estado.

Com o humanismo e a filosofia política, desde Maquiavel e Hobbes, há uma nova visão de mundo, o humano passa a ser o centro das preocupações, o conhecimento alcança relevância e a racionalidade torna-se imprescindível na condução das ações. Um novo campo ético está formatado, indicando que o ser humano é portador de direitos fundamentais e inalienáveis. Os germes desta nova concepção acompanharão a sociedade pelos próximos séculos, implicando códigos de lei, formas de se relacionar com o Estado e em coletividade – estando, já neste tempo, a liberdade e o pensamento em foco e evidência.

No ambiente intelectual dos séculos XVII e XVIII, como reflexo e desdobramento de movimentos históricos – expressivamente no contexto do Iluminismo –, despontam pensadores a tecerem novas percepções sobre o humano e suas relações sociais e políticas. Articula-se, no pensamento de John Locke, Montesquieu, Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Paine, Immanuel Kant etc., a noção política de direitos naturais do homem e do cidadão, a serem regulados e garantidos pelo Estado. Neste ponto, não cabe ao Estado conceder os direitos, que são naturais – à vida, à liberdade e à propriedade privada – mas apenas garantir a justiça, como o tutor, mediador dos direitos.

Situa-se no contexto do Iluminismo e sob inspiração da Declaração dos Direitos de Virgínia, de 1776 – revolução americana – a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte da França, em 1789. O pensamento iluminista passa a inspirar as revoluções – tal como a Revolução Francesa. Sistemas de privilégios e estratificação estariam banidos. O lema igualdade, fraternidade e liberdade acompanha a Era Contemporânea. Os princípios de democracia, da participação livre do homem em sua coletividade, o Estado, a salvaguardar a medida de todos os direitos e garantias, estavam lançados. O Ocidente decreta a liberdade como o princípio primeiro, reprimindo formas arraigadas de tirania e opressão.

O pensamento contemporâneo passa a conceber a igualdade como um valor supremo, fundamental. A noção de que todos os homens são iguais alcança efeitos transformadores, a fundamentar movimentos de cunho libertários. O valor da igualdade assume uma representação fundamental na prospecção das relações políticas e sociais, tornando-se um aspecto basilar no ideário social do Ocidente. Talvez seja oportuno objetar, ponderar, desde este momento, que apesar do princípio de igualdade ter alcançado uma valorização fundamental, isso não significou, historicamente, a edificação de uma sociedade, de fato,

igualitária. Este senão não esvazia a relevância do princípio de igualdade enquanto valor norteador, inspirador da visão política ocidental, apenas evidencia seu caráter ideológico e formal.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) é, sem dúvida, um documento que aglutina e representa o desenvolvimento de concepções forjadas ao longo da história ocidental, sendo, então, muito mais do que uma resposta à banalização do mal – no conceito de Hannah Arendt – promovida pelos terríveis eventos da Segunda Guerra Mundial. A revelação das atrocidades nazistas e totalitárias chocaram o mundo.

No período de 1960 – fase de nascimento de ditaduras na América Latina –, movimentos internacionais, liderados por estudantes e intelectuais, retomam temas cruciais, concedendo-lhes maior diversidade e amplitude ética. Pensadores passam a questionar o poder do Estado e seu papel na sociedade. É a fase da Guerra Fria: a questão do socialismo e do pensamento de esquerda fomentam críticas à desigualdade social e à tirania do Estado. Movimentos intelectuais representam a condição da mulher, das etnias, dos homossexuais, das crianças e adolescentes, da questão ambiental. Os direitos humanos entornam uma nova perspectiva: discutem-se os direitos sociais, civis e políticos. O respeito às “minorias” e a resistência a todas as formas de repressão indicam que novas relações estabelecidas com o Estado são cruciais para a retomada da dignidade e da liberdade humana, em um cenário internacional favorável a novos debates e reflexões, sempre referendando as diferenças, o respeito à condição humana e sua capacidade de escolha, firmando a capacidade cultural e civilizatória.

O debate, avanço da temática dos direitos humanos deve, então, ser acompanhado sob a luz de duas grandes perspectivas históricas a se complementarem: o desenvolvimento da filosofia política, a conceder cada vez mais um papel central à política na formatação das relações sociais e a complexa concepção de ser humano, superando a estrita visão religiosa, construída ao longo da mentalidade teológica medieval. Pela via da política, se alcançaria uma sociedade de iguais, sob o reino da liberdade e do direito. Tal sociedade deveria garantir todos os direitos, próprios de um humano aberto, historicamente construído.

Com o caminhar histórico, a perspectiva de direitos humanos se torna ainda mais complexa. Ultrapassando, complementando a noção de direitos políticos, civis e sociais, despontam os chamados direitos de terceira geração, a contemplarem os diferentes grupos sociais. Neste rol de direitos, compõem-se os direitos dos idosos, das pessoas com deficiência, das mulheres, dos negros, dos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros), dos consumidores, das crianças, dos idosos, dos refugiados e imigrantes etc.

É neste sentido que o Câmpus Piracicaba propõe o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Educação em Direitos Humanos, uma vez que segundo o inciso VI do artigo 6º da Lei 11.892/2008, que trata da criação dos Institutos Federais, uma das finalidades e características dos institutos federais é: “*qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino*” (BRASIL, 2008). Dessa forma, os Institutos Federais, além de proporcionar ensino técnico e tecnológico no país, tem se constituído como espaços de formação de professores, tanto que, no artigo 8º da mesma lei, define-se que 20% das vagas do IF são destinadas à formação docente.

Outra questão de alta relevância diz respeito ao cumprimento da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024). Esta meta estabelece que, até o último ano de vigência deste PNE, deve-se formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica. Segundo dados do próprio plano, cerca de 70% dos professores da educação básica no Brasil possuem formação, em nível de graduação. No entanto, apenas 30% destes cursaram alguma pós-graduação.

2.1. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso 4/4/2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 1 de 8 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH/Pr, 2009, 224p.

BRASIL. COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; UNESCO, 2007, 76p.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

PROJETO DHNET. Disponível, desde 1995, em <http://www.dhnet.org.br/index.htm>. Acesso em 4/4/2017

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL: O curso de especialização em Educação em Direitos Humanos tem por objetivos gerais:

- Desenvolver domínio dos conceitos fundamentais (filosóficos, sociológicos e legais) do campo dos Direitos Humanos.
- Conhecer a trajetória histórica da construção da democracia e o entrelaçamento com os direitos humanos.
- Desenvolver conhecimentos dos principais tratados internacionais de Direitos Humanos.
- Analisar os principais documentos brasileiros a afirmarem os Direitos Humanos.
- Compreender a abrangência dos Direitos Humanos no contemporâneo.
- Conhecer, de maneira geral, a temática dos Direitos Humanos.
- Formar docentes e educadores com competências na área dos direitos humanos para o desenvolvimento de temas e projetos em sala de aula e outros espaços formativos.

Para alcançar estes objetivos gerais, o curso terá os seguintes objetivos específicos:

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver o domínio teórico dos conceitos fundamentais relacionados à temática dos Direitos Humanos.
- Compreender e conceber o humano como ser portador de direitos fundamentais.
- Conhecer os principais documentos e legislação acerca dos Direitos Humanos.
- Conhecer a trajetória histórica da construção da noção moderna de Direitos Humanos.
- Compreender os Direitos Humanos como decorrentes de lutas e conquistas históricas.
- Conhecer as estruturas legais que atuam em prol da defesa dos Direitos Humanos.

- Conhecer os espaços do Estado e da Sociedade Civil e suas relações, assim como atores e agentes sociais envolvidos na preconização dos direitos sociais.
- Relacionar Direitos Humanos e Educação para a Cidadania e defesa e avanço da Democracia.
- Contribuir com a formação teórico-prática de docentes e outros educadores na área dos direitos humanos, subsidiando-os para o desenvolvimento de temáticas e projetos nessa área.

4. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

4.1. DENOMINAÇÃO

Curso de Pós-Graduação *lato sensu* Educação em Direitos Humanos.

4.2. UNIDADE RESPONSÁVEL

IFSP Câmpus Piracicaba

4.3. ÁREAS DE CONHECIMENTO

7.00.00.00-0 – Ciências Humanas

4.4. COMISSÃO DE ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO

Dr. Adalberto Coutinho de Araújo Neto – Professor EBTT

Dr. Adelino Francisco de Oliveira – Professor EBTT

Dr. Alexandre Silva – Professor EBTT

Dra. Eliana Maria Rojas Cabrini Righi – Professora EBTT

Ms. Gustavo dos Santos Cintra Lima – Professor EBTT

Dr. Paulo Henrique Leal – Professor EBTT

Dr. Ricardo Silveira Orlando – Professor EBTT

4.5. COORDENAÇÃO DO CURSO

Dr. Adelino Francisco de Oliveira – Professor EBTT

4.6. CARGA HORÁRIA DO CURSO

O curso terá 447 horas destinadas a 4 componentes curriculares com 33,33 horas cada, 4 componentes curriculares com 50 horas cada, 2 componentes curriculares com 16,66 horas cada e 80,35h para o TCC. A aula terá a duração de 50 minutos.

4.7. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

O curso será ofertado anualmente com duração de três semestres letivos.

4.8. LOCAL DE REALIZAÇÃO

IFSP Câmpus Piracicaba

4.9. NÚMERO DE VAGAS

20 vagas

4.10. PÚBLICO ALVO

Prioridade de vagas para docentes em efetivo magistério em escolas públicas. Professores. Educadores Sociais. Técnicos do Tribunal de Justiça. Operadores do Direito.

4.11. PERFIL DO EGRESSO

A proposta e expectativa é que o aluno pós-graduado em Educação em Direitos Humanos, pelo Instituto Federal de São Paulo, amplie suas percepções sobre a realidade social, assumindo uma postura crítica e problematizadora diante das múltiplas contradições que permeiam o tecido social. De maneira mais específica, no que toca o egresso docente, espera-se que este possa desenvolver temáticas e projetos no campo dos direitos humanos. Almeja-se também que o egresso tenha uma postura de liderança e comprometimento, tornando-se sujeito ativo de transformação social.

4.12. GRUPOS DE PESQUISA E LINHAS DE PESQUISA

CASE – Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Juventude.

4.13. SISTEMA DE OFERECIMENTO

O curso será oferecido anualmente.

Presencial: Serão oferecidas 20 vagas para o curso de especialização, o qual será ministrado com frequência de duas vezes por semana nas instalações físicas (Salas de Aula e Laboratórios de Informática) do câmpus Piracicaba.

4.14. TIPOS DE FINANCIAMENTO

O curso será gratuito.

4.15. Implantação

Previsão de início do curso: 1º Semestre de 2018.

5. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

5.1. PROCESSO SELETIVO

Período de Inscrição: a se definir em edital organizado pela comissão de pós-graduação e direção do câmpus.

Documentos: Documento de Identidade, Comprovante de Graduação, Comprovante de endereço, CPF, Título de Eleitor e Certificado de reservista para homens.

Forma de seleção: O processo seletivo, sob a responsabilidade da Comissão de Pós-Graduação, será realizado em duas etapas: análise de currículo e entrevista.

5.2. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ALUNO


De acordo com a Organização Didática dos Cursos ofertados pelo IFSP, o aluno será avaliado em cada uma das disciplinas por meio de ao menos dois instrumentos definidos pelos professores e explicitados aos alunos no início do período letivo. O requisito mínimo para a aprovação na disciplina é de (60%) sessenta por cento de acerto médio e frequência mínima de 75% da carga horária total da disciplina. Os alunos estarão aptos ao diploma da pós-graduação quando satisfizerem os requisitos: aprovação nos componentes curriculares e no trabalho de conclusão de curso.

O estudante que obtiver frequência maior ou igual a 75% e nota inferior a 6,0 (seis) será submetido a uma nova avaliação, obedecendo aos conteúdos ministrados no período letivo.


5.3. CORPO DOCENTE RESPONSÁVEL

Nome do Professor	Titulação	Curriculo Lattes
Adalberto Coutinho de Araújo Neto	Doutor em História	http://lattes.cnpq.br/1382859567777386
Adelino Francisco de Oliveira	Doutor em Filosofia	http://lattes.cnpq.br/4649632273458656
Alexandre Silva	Doutor em Educação	http://lattes.cnpq.br/9478890479610066
Eliana Maria Rojas Cabrini Righi	Doutora em Sociologia	http://lattes.cnpq.br/8208488970348227
Gustavo dos Santos Cintra Lima	Mestre em Ciências Sociais	http://lattes.cnpq.br/0558366898296607
Maria Amélia Ferracciú Pagotto	Doutora em Ciências Sociais	http://lattes.cnpq.br/9983136515307833
Paulo Henrique Leal	Doutor em Educação	http://lattes.cnpq.br/6847313678031500
Ricardo Cardoso Leite	Doutor em Biologia	http://lattes.cnpq.br/4264765663335893
Ricardo Silveira Orlando	Doutor em Sociologia	http://lattes.cnpq.br/1630313086382536

6. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

 <p style="text-align: center;">INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO Criado pela Lei nº 11.892 de 29/12/2008. Câmpus: Piracicaba Criado pela Portaria Ministerial nº 120, de 29/01/2010 ESTRUTURA CURRICULAR: Especialização Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos Base Legal: Lei 9394/96 e Resolução CNE/CES no 1/2007</p> <p style="text-align: center;">Resolução de autorização do curso no IFSP, XXXXX data XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX. Início: 1º semestre/2018</p>										Carga Horária do Curso:	
Sem.	Componente Curricular	Códigos	Teoria/Prática	No. Profes.	SEMESTRES			Total Aulas	Total Horas		
					1o.	2o.	3o.				
1º	Fundamentos Filosóficos dos Direitos Humanos	EDHFF	T	1	X			40	33,3		
	Fundamentos Legais dos Direitos Humanos	EDHFL	T	1	X			40	33,3		
	Introdução à História da Construção da Democracia no Ocidente	EDHDO	T	1	X			60	50,0		
	Tópicos Especiais em Teoria do Estado e do Direito	EDHTE	T	1	X			60	50,0		
2º	Introdução à História da Construção da Democracia no Brasil	EDHDB	T	1		X		60	50,0		
	Direitos Humanos: Trabalho, Sociedade e Cultura	EDHTC	T	1		X		60	50,0		
	Direitos Humanos: Sociedade e Meio Ambiente	EDHMA	T	1		X		40	33,3		
	Direitos Humanos e Temas Emergentes: Minorias Sociais.	EDHMS	T	1		X		40	33,3		
3º	Metodologia de Pesquisa em Direitos Humanos	EDHMP	T	1			x	20	16,7		
	Seminários de Educação em Direitos Humanos	EDHSP	T	4			x	20	16,7		
TOTAL ACUMULADO DE AULAS								440			
TOTAL ACUMULADO DE HORAS									367		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO									80		
TOTAL GERAL									447		
OBS: AULAS COM DURAÇÃO DE 50 MINUTOS											

7. PLANOS DE ENSINO DAS DISCIPLINAS OFERTADAS

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	Câmpus Piracicaba
1. Identificação	
Curso: Pós-graduação <i>lato sensu</i> Educação em Direitos Humanos	
Componente Curricular: Fundamentos Filosóficos dos Direitos Humanos	
Carga horária: 33,33 horas	
2. Ementa	
Análise histórica sobre a construção teórica dos Direitos Humanos. Apresentação das principais correntes teóricas em Direitos Humanos e seus respectivos pensadores.	
3. Objetivos	
<ul style="list-style-type: none">- Conhecer as principais correntes filosóficas, a fundamentarem os direitos humanos.- Dominar os conceitos básicos e as principais teorias do campo dos direitos humanos.- Debater as teorias filosóficas sobre os direitos humanos.	
4. Conteúdo Programático	
<ul style="list-style-type: none">- As origens remotas da noção de direitos humanos.- A teoria do Estado Moderno no pensamento de Thomas Hobbes.- Elementos do pensamento de John Lock.- Os direitos naturais.- A concepção de democracia em Jean-Jacques Rousseau.- A concepção de Moral em Immanuel Kant.- A crítica de Karl Marx ao direito.- A contribuição de Hannah Arendt para uma teoria dos direitos humanos.	
5. Metodologias	
<ul style="list-style-type: none">- Aulas dialogadas, com projeção de conteúdos básicos.- Discussão e debate de textos;- Leitura dirigida de textos em classe.- Análise de filme.	
6. Avaliação	


Construção de ensaio filosófico.

7. Referências Básicas

COMPARATO, Fabio Konder. **Ética: Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
MARÍAS, Julián. **História da Filosofia**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2014.

8. Referências Complementares

BOBBIO, Norberto. **Locke e o Direito Natural**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1997.
BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004.
ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2013.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>lato sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Fundamentos Legais dos Direitos Humanos</p>	
<p>Carga horária: 33,33 horas</p>	
<p>2. Ementa</p> <p>O Problema da fundamentação jurídica dos Direitos humanos. A Filosofia do Direito e as Teorias Contemporâneas do Direito e Da Justiça. Estado Moderno. Jusnaturalismo. Positivismo Jurídico; Constitucionalismo e Direitos Humanos; Hermenêutica e Pragmatismo Jurídico; Teorias Críticas e Direitos Humanos</p>	
<p>3. Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e nexos entre direitos humanos, direito e teorias da Justiça. • Compreender os debates e controvérsias a respeito das Teorias do Estado, Da Justiça e Dos Direitos Humanos. • Analisar os fundamentos legais bem como os nexos entre as Teorias e Práticas Educacionais e as Teorias dos Direitos Humanos 	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<p>I - Sociedade Civil e o Estado;</p> <p>I.2.O Problema da fundamentação jurídica dos Direitos humanos.</p> <p>II. A Filosofia do Direito e as Teorias Contemporâneas do Direito e Da Justiça. Estado Moderno: Jusnaturalismo; Positivismo Jurídico; Constitucionalismo e Direitos Humanos; Hermenêutica e Pragmatismo Jurídico; Teorias Críticas e Direitos Humanos</p> <p>III Estado, Sociedade e Direitos Humanos;</p> <p>III 1. Teoria Penal, Segurança Pública e Direitos Humanos;</p> <p>III. 2 Direito Internacional dos Direitos Humanos</p> <p>VI) Temas Atuais de Direitos Humanos.</p>	
<p>5. Metodologias</p>	
<p>- Aulas expositivas;</p> <p>- Seminários temáticos</p>	

-Leituras dirigidas de textos

6. Avaliação

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática com o objetivo de diagnosticar a situação da aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. Os instrumentos de avaliação serão: trabalhos escritos, seminários, apresentação de planos de aulas e participação em sala de aula.

7. Referências Básicas

CANAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico metodológicos**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007. p. 404–5.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo, Saraiva, 2012.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

8 Referências Complementares

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Barueri, SP, Edições Jurídicas Manole, 2004.

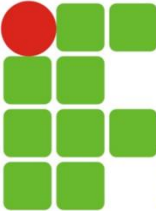
FERNANDEZ, Eusébio. **Teoria de La Justicia y Derechos Humanos**. Madrid: Editorial Debate, 19847.

RUBIO S. David; FLORES, J. H; CARVALHO, Salo (org.) **Direitos Humanos e Globalização [recurso eletrônico]: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica** – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010. 578 p.


SÃO PAULO (ESTADO). Procuradoria Geral do Estado. Grupo de Trabalho de Direitos Humanos. **Direitos Humanos: Legislação e Jurisprudência**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1999. (Série Estudos, n. 12).

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

VILLEY, Michel. **O Direito e os Direitos Humanos**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Introdução à História da Construção da Democracia no Ocidente</p>	
<p>Carga horária: 50 horas</p>	
<p>2. Ementa</p>	
<p>Esta disciplina tem o objetivo de proporcionar uma visão introdutória e panorâmica do processo histórico de construção da democracia no Ocidente contemporâneo. Justifica-se essa intenção pelo fato de Democracia e Direitos Humanos serem conceitos inseparáveis, não somente em questões teórico-filosóficas, mas pelo próprio registro histórico. Finalmente, a compreensão, valorização e defesa desses direitos fundamentais à dignidade humana passam pela compreensão inicial da trajetória de sua conquista e, pela construção da Democracia, entendida como um processo amplo, desde o advento da contemporaneidade, a partir de 1789. Nesse sentido, as diversas revoluções da contemporaneidade, os impactos das guerras mundiais e os processos de reformas sociais, econômicas e políticas delas derivadas e as interferências totalitárias do fascismo, stalinismo e das superpotências durante a Guerra Fria e o fim do Socialismo Real, foram elementos fundamentais no desenvolvimento da democracia ocidental. Compreender esse processo em suas contradições e sínteses é fundamental como elemento para a própria compreensão do panorama internacional atual.</p>	
<p>3. Objetivos</p>	
<p>1 – Rever algumas das principais propostas de participação política e social apresentadas desde a Revolução Francesa. 2 – Compreender o processo inicial de construção da democracia como fruto de um amplo processo de lutas políticas e sociais ao longo dos séculos XIX e XX. 3 – Refletir sobre os fracassos e sucessos das diversas experiências democráticas, bem como seus limites e avanços dentro de processos históricos mais amplos e diversos. 4 – Identificar as diversas ameaças à democracia no passado e no presente em âmbito internacional.</p>	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<p>1 – Era das Revoluções (Europa e América do Norte). 2 – Os movimentos sociais de trabalhadores e das nacionalidades ao longo do séc. XIX e seus resultados. 3 – O despertar da luta pelo direito do voto feminino e pelos direitos da mulher. 4 – As questões étnico-raciais. 5 – Outros atores e outras demandas: juventude, contracultura, questões de gênero e</p>	

diversidade sexual em perspectiva histórica.
5. Metodologias
Leitura dirigida de textos. Aulas expositivas. Debates em sala de aula. Uso de recursos de multimídia.
6. Avaliação
Participação nos debates Entrega de trabalho escrito
7. Referências Básicas
BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial: 1776 – 1848 . Rio de Janeiro: Record, 2002. ELEY, Geoff. Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000 . São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. HOBSBAWM, Eric J. Mundos do Trabalho . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 2ª ed.
8 Referências Complementares
AGULHON, Maurice. <i>1848, o aprendizado da República</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1991. EISENBERG, Peter L. Guerra Civil Americana . São Paulo: Brasiliense, 1989, 5ª ed. ENGELS, Friedrich, “Introdução” in: MARX, Karl. Luta de Classes na França . MARX e ENGELS. Obras escolhidas . São Paulo: Alfa-Ômega, s/d., vol. 1. FLORENZANO, Modesto. As revoluções burguesas . São Paulo: Editora Brasiliense, 1998, 17.ª ed. HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991 . São Paulo: Cia. das Letras, 1995. _____. Era do Capital, 1848 – 1875 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 5.ª ed. _____. A Era das Revoluções: Europa, 1789 – 1848 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, 11.ª ed. _____. A Era dos Impérios: 1875 – 1914 . São Paulo: Paz e Terra, 2003, 8.ª ed. _____. Globalização, Democracia e Terrorismo . São Paulo: Cia. das Letras, 2007 [2014]. KARNAL, Leandro, et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI . São Paulo: Contexto, 2008, 2ª ed. LENHARO, Alcir. Nazismo: “o triunfo da vontade” . São Paulo: Ática, 2006, 7ª ed. PARIS, Robert. As origens do fascismo . São Paulo: Perspectiva, 1976. PERROT, Michelle. Os excluídos da história . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. RÉMOND, René. O século XIX: de 1815 a 1914 . São Paulo: Cultrix, s/d. RÉMOND, René. O século XX: de 1914 aos nossos dias . São Paulo: Cultrix, s/d. SOBOUL, Albert. A Revolução Francesa . São Paulo: Difel, 1982.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Tópicos Especiais em Teoria do Estado e do Direito</p>	
<p>Carga horária: 50 horas</p>	
<p>2. Ementa</p>	
<p>A presente disciplina busca propiciar uma visão panorâmica do debate acerca do Estado e do direito no período moderno e contemporâneo: de emergência e consolidação da sociedade capitalista. Além de fornecer subsídios teóricos para uma análise crítica da relação entre Estado, direitos (direitos humanos) e os conflitos sociais constitutivos da sociedade contemporânea. A reflexão crítica que a disciplina pretende fomentar deve produzir questionamentos, tais como: qual o papel do Estado e do direito na sociedade contemporânea? Os direitos humanos podem ser concretizados na sociedade contemporânea? Quais os obstáculos à realização integral e objetiva dos direitos em geral e dos direitos humanos em particular?</p>	
<p>3. Objetivos</p>	
<p>1 – Percorrer algumas das principais teorias do Estado e do direito no período e moderno e contemporâneo. 2 – Compreender as diferentes correntes teóricas acerca do Estado e do direito como expressão ideológica das lutas sociais e políticas do período. 3 – Refletir criticamente sobre a função do Estado e do direito na sociedade contemporânea. 4 – Pensar criticamente sobre a função e a relação do Estado e dos direitos humanos na sociedade contemporânea.</p>	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<p>I. Elementos teóricos da concepção burguesa do Estado e do direito:</p> <p>1 – A Teoria do Estado em Maquiavel: Estado e a unidade nacional. 2 – A Teoria do Estado em Hobbes: o Estado absolutista-feudal. 3 – A Teoria do Estado em Locke: o Estado parlamentar burguês. 4 – A Teoria do Estado em Rousseau: o problema da democracia e a propriedade privada. 5 – A Teoria do Estado em Tocqueville: o liberalismo conservador.</p> <p>II. Elementos teóricos para uma concepção crítica do Estado e do direito:</p> <p>6 – A teoria marxiana do Estado: a crítica da sociedade capitalista. 7 – O direito como estrutura do todo social: a sua função conservadora. 8 – Direito e luta popular. 9 – Estado e direito na sociedade capitalista: o limite da cidadania no capitalismo.</p>	

5. Metodologias
Leitura dirigida de textos. Aulas expositivas. Debates em sala de aula. Uso de recursos de multimídia.
6. Avaliação
Participação nos debates Entrega de trabalho escrito
7. Referências Básicas
EDELMAN, B. Classe operária e o poder burguês. In: A legalização da classe operária . 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p.25-62 MELLO, L; LOCKE, J. John Locke e individualismo liberal . 14ªed. In: <i>Os clássicos da política</i> . São Paulo, Ática, vol.1, 2010. p.79-110. MIAILLE, M. A construção do objeto da ciência jurídica: a instância jurídica. In: Introdução crítica ao direito . 3ª ed. Lisboa: Estampa, 2005. p. 63-110. NASCIMENTO, M.; “ROUSSEAU, J.” . “Rousseau: da servidão à liberdade”. 14ªed. In: <i>Os clássicos da política</i> . São Paulo, Ática, vol.1, 2010. p. 187-242. QUIRINO, C.; “TOCQUEVILLE, A.” . “Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade”. In: <i>Os clássicos da política</i> . São Paulo, Ática, 2006, 11ª Ed. Vol. 2, pp. 149-188. RIBEIRO, J. “Hobbes: o medo e a esperança” . 14ªed. In: <i>Os clássicos da política</i> . São Paulo, Ática, vol.1, 2010. p. 51-78. SADEK, M.; “MAQUIAVEL, N.” . “Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtù”. 14ª ed. In: <i>Os clássicos da política</i> . São Paulo, Ática, vol.1, 2010. p. 11-50. SAES, D. Democracia. 1ªed. São Paulo: Ática, 1987. SAES, D. "Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania", <i>Crítica Marxista</i> , n°. 16, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, pp. 9-38. SAES, D. “O lugar da noção de sujeito na sociedade capitalista”. In: <i>Lutas sociais</i> . São Paulo: NEILS n°29, 2012. p. 9-20.
8 Referências Complementares
ALTHUSSER, L et al. “Sobre el ‘Contrato Social’”, In: <i>Presencia de Rousseau</i> . Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1972. p. 57-101. CHEVALIER, J-J. As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias . Agir, 1999. ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. GRAMSCI, A. “Parte 1”. In: <i>Maquiavel, a política e o Estado moderno</i> . 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.p.3-190. “Part. a nota O Estado”. p. 141-151. HOBBS, T. <i>Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil</i> . São Paulo, Nova Cultural, 1999: caps. XIII a XV (da 1ª Parte); caps. XVII a XIX; XXI a XXVI; e XXVIII e XXIX (da 2ª Parte: Do Estado).

LENIN, V. O Estado e a revolução. 1ªed. São Paulo: HUCITEC, 1979.

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo, IN: Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.


MACPHERSON, C. B. A democracia liberal. Origens e evolução. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MARSHALL, T. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

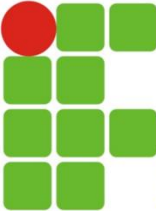
PASUKANIS, E. A teoria geral do direito e o marxismo. 1ªed. Coimbra: Centelha. 1972. “Part. os Cap. II; Cap. IV; Cap. V”.

POULANTZAS, N. “Cap. IV – A unidade do poder e a autonomia do Estado capitalista; itens 4 e 5” Poder político e classes sociais. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1986. p. 293-318.

WEBER, M. “Os três tipos puros de dominação”. In: Weber. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 128-142.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>lato sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Introdução à História da Construção da Democracia no Brasil</p>	
<p>Carga horária: 50 horas</p>	
<p>2. Ementa</p>	
<p>A democracia no Brasil é um processo em permanente construção, assim como em todo o mundo. Hoje ela é objeto de disputa entre diversas correntes político-ideológicas e segmentos sociais. Seu futuro será dado pelos resultados dessas disputas permanentes, naturais em todas as sociedades nesse sistema. Para compreender como chegamos no momento atual é necessário rever o processo histórico desde a Proclamação da República no Brasil. A construção da democracia e sua transformação ao longo desse tempo e períodos de interrupção foi fruto também de disputas e lutas políticas e sociais, com tentativas de revolução, revolução propriamente dita, aberturas, reformas e tentativas de reformas, golpes de Estado, ditaduras até o processo recente da redemocratização. O discurso a respeito dos Direitos Humanos tornou-se muito mais importante ao final do último período ditatorial vivido pelo país e desde então, na redemocratização do país. Rever esse processo histórico enfocando nas disputas político-sociais é imprescindível para a compreensão do momento atual.</p>	
<p>3. Objetivos</p>	
<p>1 – Compreender a construção permanente da democracia como um processo histórico permeado de disputas e contradições. 2 – Rever momentos históricos desse processo em seus avanços, rupturas e retomadas. 3 – Refletir as diferentes propostas políticas de diferentes segmentos políticos e sociais. 4 – Identificar as ameaças à democracia no passado e no presente.</p>	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<p>1 – As expectativas em relação à República e a realidade do liberalismo excludente. 2 – O movimento operário, suas vertentes e suas propostas. 3 – A Revolução de 1930 e as diferentes e opostas propostas de sociedade: liberais, socialistas, comunistas, integralistas e positivistas. O Golpe de 1937 e o Estado Novo 4 – O período democrático-liberal, ou democracia limitada de 1945-64: as propostas de reformas, os movimentos sociais e políticos da época. 5 – O Golpe de Estado de 1964 e a Ditadura Civil-Militar. As formas de resistência</p>	

6 – O esgotamento da Ditadura e o processo de abertura. A Nova República e novas propostas de sociedade e avanço da democracia e seus limites.
5. Metodologias
Leitura dirigida de textos. Aulas expositivas. Debates em sala de aula. Uso de recursos de multimídia
6. Avaliação
Participação nos debates Entrega de trabalho escrito
7. Referências Básicas
CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, 3. ^a ed. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, vol. 1). FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A. (orgs.). Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil, vol. 2). _____. Revolução e democracia (1964 -...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil, vol. 3). PENNA, Lincoln de Abreu. República brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
8. Referências Complementares
ARAÚJO, Ângela M. C. A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30. São Paulo: Edições Sociais, 1998. BOITO Jr., Armando. O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1984, 2. ^a Ed. CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, 5. ^a reimpressão, 1998. FERREIRA, Brasília C. Trabalhadores, sindicatos e cidadania. S. Paulo: Ad Hominem; Natal: UFRN, 1997. GOMES, Ângela M. C. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, 2. ^a ed. MARANHÃO, Ricardo. O Governo Juscelino Kubitschek. São Paulo: Brasiliense, 1985, 4. ^a Ed. MENDONÇA, Sônia Regina, FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil recente: 1964-1992. São Paulo: Ática, 2006, 5. ^a ed. TOLEDO, Caio Navarro. O Governo João Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1986, 7. ^a ed.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>lato sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Direitos Humanos: Trabalho, Sociedade e Cultura</p>	
<p>Carga horária: 50 horas</p>	
<p>2. Ementa</p> <p>Fundamentos dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo, seus marcos regulatórios, bem como seu enraizamento nos movimento sociais, nos debates sobre trabalho, cultura, defesa das minorias, da igualdade e justiça social. Reestrutura produtiva e o futuro dos trabalhadores: precarização e violências. Trabalho e marginalização.</p>	
<p>3. Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propiciar discussões a partir de uma ótica interdisciplinar a respeito dos nexos entre trabalho, a situação das minorias e sua tutela, a diversidade (em suas diversas manifestações) e respeito aos Direitos Humanos, • Promover a análise acerca das diversas violências vivenciadas pelas minorias, em suas múltiplas demonstrações e materializações; • Analisar os mecanismos sociais, políticos e jurídicos com os quais o Estado alimenta processos de marginalização real e cotidiana. 	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<p>I. Estado, Economia e Cultura</p> <p>II. Trabalho e Cultura sob a ordem do Neoliberalismo.</p> <p>1.-Estado Democrático de Direito e Neoliberalismo: uma tensão ressoada;</p> <p>2.Reestruturação Produtiva Flexível: novas tendências.</p> <p>3.Transformações das relações de trabalho. Flexibilização da legislação trabalhista: as novas figuras contratuais e a produção da precarização e da violência.</p> <p>III. Raça, gênero, fluxos migratórios e classes sócias: direitos humanos na ordem mundial.</p>	
<p>5. Metodologias</p> <p>- Aulas expositivas;</p>	

- Seminários temáticos
- Leituras dirigidas de textos

6. Avaliação

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática com o objetivo de diagnosticar a situação da aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. Os instrumentos de avaliação serão: trabalhos escritos, seminários, apresentação de planos de aulas e participação em sala de aula.

7. Referências Básicas

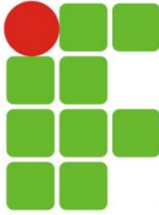
- ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**. SP: Boitempo, 2005. 10.
- DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho**. Estudo de Psicopatologia do Trabalho, 5ª ed., SP: Cortez-Oboré, 1992.
- CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico metodológicos**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007. p. 404–5.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo, Saraiva, 2012.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Barueri, SP, Edições Jurídicas Manole, 2004.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2014.
- RUBIO S. David; FLORES, J. H; CARVALHO, Salo (org.) **Direitos Humanos e Globalização [recurso eletrônico]: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica** – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010. 578 p.
- FERNANDEZ, Eusébio. **Teoria de La Justicia y Derechos Humanos**. Madrid: Editorial Debate, 19847.
- SANDEL, Michael J. **Justiça**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012
- SÃO PAULO (ESTADO). Procuradoria Geral do Estado. Grupo de Trabalho de Direitos Humanos. **Direitos Humanos: Legislação e Jurisprudência**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 1999. (Série Estudos, n. 12).

8. Referências Complementares

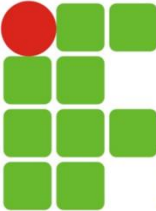
- ABRAMO, L. **¿Inserción laboral de las mujeres en América Latina: Una fuerza de trabajo secundaria?** Revista de Estudos Feministas, 2004, 12(2), 224-235.
- _____. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Cienc. Cult., São Paulo, v. 58, n. 4, Dec. 2006 . Disponível em: . Acesso em: 07/08/2016
- ALEXIM, J. **A diversidade no âmbito da educação profissional e do mercado de trabalho**. Revista Internacional do Trabalho. Brasília, Ed. Projeto OIT/TEM, 1999.

MONTAGNER, Paula. A reestruturação produtiva e o desemprego da mulher. In: COSTA, Ana Alice et al (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT BRASIL, 2004.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; DIOGO, Maria Fernanda; SHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2014, vol. 17, n. 1, p.17-32

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Direitos Humanos: Sociedade e Meio Ambiente.</p>	
<p>Carga horária: 33,33 horas</p>	
<p>2. Ementa</p>	
<p>Esta disciplina tem como objetivo a análise da emergência de novas temáticas e demandas no debate contemporâneo sobre Direitos Humanos. É a partir do final da década de 1960 que a questão ambiental adentra com intensidade nos fóruns internacionais. Nas diversas conferências mundiais sobre ambiente e desenvolvimento patrocinadas pelas Nações Unidas (ONU), recusam-se a tese do “crescimento econômico zero” advogando uma nova ética de desenvolvimento que contemple a inclusão social e o uso mais equilibrado dos recursos naturais. Nestes fóruns de diálogo o que se propõe é o direito ao meio ambiente equilibrado e a qualidade de vida plena para todos os cidadãos. Em relação ao escopo dos movimentos socioambientais, observa-se um questionamento da estrutura sociopolítica predominante e a defesa de estratos sociais antes segregados e com demandas não atendidas (saneamento básico, moradia, mobilidade, equipamentos urbanos, atendimento médico-hospitalar, educação, seguridade social, parques e arborização pública, dentre outras). No Brasil, as diferentes matrizes socioambientalistas foram revigoradas ao longo do processo de redemocratização e influenciaram positivamente a agenda estatal, as políticas públicas e a legislação ambiental (rural e urbana) do país.</p>	
<p>3. Objetivos</p>	
<p>1 – Analisar a emergência da questão ecológica como problema fundamental internacional (ONU); dos Estados Nacionais, governos subnacionais (escalas regionais e locais); de comunidades diretamente atingidas;</p> <p>2 – Compreender o processo de organização de diferentes movimentos socioambientais e as suas estratégias de questionamento da estrutura sociopolítica predominante;</p> <p>3 – Refletir sobre os conflitos socioambientais e os impactos das questões ecológicas sobre os segmentos socialmente mais vulneráveis.</p>	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<p>1 – A Globalidade das Questões Ambientais.</p> <p>2 – A ONU e a agenda ambiental internacional.</p> <p>2 – A Sustentabilidade como um Direito Humano.</p> <p>3 – Inclusão e conflitos socioambientais.</p> <p>4 – Movimentos socioambientais e a “questão ecológica”.</p>	
<p>5. Metodologias</p>	


<p>Leitura dirigida de textos.</p> <p>Aulas expositivas.</p> <p>Debates em sala de aula.</p> <p>Uso de recursos de multimídia.</p> <p>Avaliação</p>
<p>6. Avaliação</p>
<p>Participação nos debates</p> <p>Entrega de trabalho escrito ao término da disciplina</p>
<p>7. Referências Básicas</p>
<p>ACSELRAD, Henri. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.</p> <p>BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2004.</p> <p>BUTTEL, Frederick H. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado de. Qualidade de vida e riscos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2001.</p> <p>FUCKS, Mario. Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.</p> <p>HABERMANS, Jurgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2004</p> <p>LE PRESTRE, Phillipe. Ecológica Internacional. São Paulo: Editora SENAC, 2000.</p> <p>MANZINI, Ezio; BIGUES, Jordi. Ecología y Democracia: de la injusticia ecológica a la democracia ambiental. Barcelona: Icaria Editorial, 2000.</p> <p>SOUSA, Herbert de. Ecologia e democracia: duas vertentes questionam o desenvolvimento. In: ACSELRAD, Henri (org.). Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: Ibase, 1992.</p>
<p>8 Referências Complementares</p>
<p>GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade. In: GONH, Maria da Glória (org.). Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>_____. Empoderamento e participação da comunidade da sociedade em políticas sociais. Saúde e Sociedade, v.13, n.2, p.20-31, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br>.</p> <p>GUIMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.</p> <p>LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do Ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? Proposta, 25(71), p.5-10, 1997. Disponível em <http://material.nerea_investiga.org/publicacoes>.</p> <p>OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria de grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia. Lisboa: Gradiva Publicações Fundação Mário Soares, 2002.</p> <p>VIOLA, Eduardo. Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecológica. In: PÁDUA, José Augusto. (org.). Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.</p>

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Direitos Humanos e Temas Emergentes: Minorias Sociais.</p>	
<p>Carga horária: 33,33 horas</p>	
<p>2. Ementa</p>	
<p>Abordagem dos Movimentos sociais, vinculados a diferentes temáticas (direito à moradia, terra, acessibilidade urbana, gênero, étnico-racial etc) e seus questionamentos da estrutura sociocultural predominante. A partir do conceito de alteridade analisar em chave crítica e problematizadora o lugar das minorias sociais. Analisar a defesa de novos comportamentos sociais (antes discriminados) e a conquista de direitos até então não atendidos.</p>	
<p>3. Objetivos</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o processo de organização de diferentes movimentos sociais e as suas estratégias de questionamento da estrutura sociocultural predominante e da <i>realpolitik</i>. - Debater e analisar o lugar de reconhecimento e identidade dos sujeitos pertencentes às minorias sociais. - Refletir sobre os novos sujeitos de direitos. 	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<ul style="list-style-type: none"> – Movimentos Sociais, outros atores e novas demandas: juventude, contracultura, questões de gênero, diversidade sexual, diversidade étnico-racial. - Diversidade étnico-racial. - Minorias, cidadania e direitos. - Novos sujeitos de direitos. – Migrações, Xenofobia e Direitos Humanos. 	
<p>5. Metodologias</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas dialogadas, com projeção de conteúdos básicos. - Discussão e debate de textos; - Leitura dirigida de textos em classe. - Análise de filme. 	
<p>6. Avaliação</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Prova escrita analisando os principais conceitos trabalhados na disciplina. - Pesquisa e apresentação de seminários temáticos. 	
<p>7. Referências Básicas</p>	
<p>BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). Cidadania, Um Projeto em</p>	


Construção: Minorias, Justiça e Direitos. São Paulo, Claro Enigma, 2012.
HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** 2ª ed. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005.
RIOS, Roger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Homossexualidade e Direitos Sexuais: Reflexões a partir da decisão do STF.** Porto Alegre, Sulina, 2011.

8 Referências Complementares

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim (org.). Educação e Diversidade Étnico-Racial. **Educação e Diversidade Étnico-Racial.** Jundiaí, Paco Editorial, 2016.
GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.
OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **Elogio da Diferença: O feminino emergente.** Rio de Janeiro, Rocco, 2012.
SADER, Emir (org). **O Mundo Depois da Queda.** 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
SAMARA, Eni Mesquita (org.). **Gênero em Debate.** São Paulo: EDUC, 1997. SILVA, Clemildo Anacleto da; RIBEIRO, Mario Bueno. **Intolerância Religiosa e Direitos Humanos: Mapeamentos de Intolerância.** Porto Alegre, Sulina; Editora Universitária Metodista, 2007.
PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.
TEDESCO, Silvia; NASCIMENTO, Maria Livia do (orgs). **Ética e Subjetividade: Novos impasses no contemporâneo.** Porto Alegre, Sulina, 2009.

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO Campus Piracicaba</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>lato sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Metodologia de Pesquisa em Direitos Humanos</p>	
<p>Carga horária: 16,66 horas</p>	
<p>2. Ementa</p>	
<p>A disciplina visa oferecer ao estudante formação de base em metodologia científica, levando-o à compreensão do complexo processo de produção do conhecimento, da problematização de temáticas caras às Ciências Humanas, bem como fornecer instrumental básico para a busca de informação, mostrar os tipos de pesquisa científica, apresentar os instrumentos para coleta de dados para a realização de pesquisa em Direitos Humanos.</p>	
<p>3. Objetivos</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Formação básica em pesquisa, necessária a todo professor em sala de aula e outros espaços educativos - Formação crítica ao conhecimento produzido em Direitos Humanos - Orientação para a construção dos projetos de pesquisa reais e viáveis como estratégia na busca de aprendizado - Definição e redimensionamento da importância dos projetos de pesquisa na conquista de uma Monografia bem sucedida. 	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. O conhecimento integrado e a globalização do conhecimento 2. Modernidade x Pós-Modernidade: a crise dos paradigmas 3. A pesquisa interdisciplinar 4. O que é uma pesquisa 5. O que são projetos 6. Teorias e Métodos 7. Levantamento bibliográfico 8. Tipos de pesquisa 9. Etapas de um projeto de Pesquisa 10. Coleta, apresentação e análise de dados 11. Normas de citações e referências bibliográficas. 	

5. Metodologias
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas e discussão de textos; - Debate com alunos sobre os diferentes tipos de projetos a serem desenvolvidos; - Apresentação de seminários.
6. Avaliação
<p>A avaliação do processo de ensino e aprendizagem será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática com o objetivo de diagnosticar a situação da aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. Os instrumentos de avaliação serão: trabalhos escritos, seminários e participação em sala de aula.</p>
7. Referências Básicas
<p>BOOTH, WC; COLOMB, GG; WILLIAMS, JM. A arte da pesquisa. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 306p.</p>
8. Referências Complementares
<p>ANDERY, M. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.</p> <p>CARVALHO, M. C. de. Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas. Campinas: Papyrus, 1994. Capítulo 1.</p> <p>CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. São Paulo: Makron Books, 1996.</p> <p>CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: editora ática, 2000.</p> <p>LAVILLE, Christian.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, ArtMed, 1999.</p>

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	<p>Câmpus Piracicaba</p>
<p>1. Identificação</p>	
<p>Curso: Pós-graduação <i>lato sensu</i> Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Componente Curricular: Seminários de Educação em Direitos Humanos</p>	
<p>Carga horária: 16,33 horas</p>	
<p>2. Ementa</p>	
<p>Seminários realizados em torno de temas específicos relacionados aos trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos pelos alunos.</p>	
<p>3. Objetivos</p>	
<p>Analisar criticamente os temas apresentados pelos alunos e suas aplicações na prática docente, aproveitando esses momentos para troca de experiências e socialização de propostas, atividades e materiais.</p>	
<p>4. Conteúdo Programático</p>	
<p>De acordo com os temas dos seminários.</p>	
<p>5. Metodologias</p>	
<p>Apresentação de seminários e discussões sobre os temas apresentados</p>	
<p>6. Avaliação</p>	
<p>O desempenho do aluno será avaliado pela participação nas atividades programadas conforme critérios pré-estabelecidos com a turma.</p>	
<p>7. Referências Básicas</p>	
<p>BOOTH, WC; COLOMB, GG; WILLIAMS, JM. A arte da pesquisa. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 306p.</p>	
<p>8. Referências Complementares</p>	
<p>ANDERY, M. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. CARVALHO, M. C. de. Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas. Campinas: Papyrus, 1994. Capítulo 1. CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. São Paulo: Makron Books, 1996. CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: editora ática, 2000. LAVILLE, Christian.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, ArtMed, 1999.</p>	

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso o aluno poderá obter tanto por realizar uma monografia ou um artigo científico. A tanto da monografia ou do artigo científico deve ser acompanhada e analisada pelo professor orientador, alocado pelo coordenador com base na solicitação do aluno, bem como na disponibilidade dos professores. Tal documento constitui-se de um trabalho escrito de assunto específico, relativo à temática do curso, resultante de uma pesquisa científica (de campo, bibliográfica ou ambas), apresentado dentro das normas metodológicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de acordo com as orientações do IFSP. O Trabalho é pessoal, inédito, e deverá consistir no resultado da reflexão sistemática e garantido pelo rigor científico.

O prazo de entrega do trabalho de conclusão do curso, condição básica para a certificação, é de 90 (noventa) dias depois do encerramento do último componente curricular, devendo ser apresentado na data estabelecida pelo orientador com anuência da coordenação do curso.

A nota mínima para aprovação do trabalho de conclusão de curso é 6,0 (seis) e será atribuída após a análise de Banca Examinadora, a qual será composta pelo professor orientador e mais dois docentes do curso, podendo contar a presença de avaliador externo.

Em caso de nota inferior a 6,0 (seis) o aluno terá 30 (trinta) dias para adequar o trabalho a partir da data da ciência do parecer emitido pela Banca Examinadora.

O aluno que não apresentar seu trabalho concluído no prazo estabelecido deverá apresentar justificativa por escrito à coordenação de curso para posterior análise colegiada sobre a prorrogação ou não do prazo pré-estabelecido.

9. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

9.1. BIBLIOTECA

Atualmente a biblioteca possui 1992 títulos para atender as bibliografias relativas aos cursos oferecidos pelo câmpus Piracicaba. Abaixo, apresentamos um resumo com algumas das características principais da biblioteca:

Acervo	
2014: 1.992 exemplares	2015: 2.956 exemplares
Horário de Funcionamento: Segunda-feira à Sexta-feira, das 8h às 21h50.	
Serviços oferecidos: empréstimo domiciliar, empréstimo para consulta local, orientação quanto ao uso de bases de dados, orientação acerca de normalização documentária, elaboração de ficha catalográfica.	

8.2. ESTRUTURA FÍSICA

Toda a infraestrutura física do câmpus Piracicaba do IFSP estará disponível para o curso de especialização *Lato Sensu* Educação em Direitos Humanos, respeitando a uso dos espaços coletivos mediante o prévio agendamento via sistema *Suap*.

Espaço		Qtde	Bloco	Área (m²)
Biblioteca Instalações Administrativas	Biblioteca	1	B	150
	Atendimento ao Estudante	1	A	50
	Secretaria do Ensino Superior e Médio	1	A	50
	Diretoria/GAD/CTI/CEX/GED	1	A	150
Laboratórios	Informática	4	B	50
	Física	2	C	50
	Química	1	B	50
	Indústria	12	C	75
Salas de aula	Tamanho médio	6	B	50
	Tamanho intermediário	1	B	75
	Tamanho grande	2	B	100
Salas de Coordenação	Coordenação de Curso	1	A	25
Salas de Docentes	Docentes	7	A	25

9.3. EQUIPAMENTOS

Equipamento	Especificação	Quantidade
--------------------	----------------------	-------------------

Computadores	INTEL/AMD	85
Impressoras	HP LASERJET	4
Projetores	DATA SHOW	12
Televisores	LCD	3

ANEXO I – MODELO DO CERTIFICADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
**Instituto Federal de Educação, Ciência
e Tecnologia de São Paulo**



CERTIFICADO

O Director Geral do campus Piracicaba
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo,
no uso de suas atribuições certifica que

NOME ALUNO

nacionalidade brasileira, natural do Estado de XXXX, nascido(a) em xx de xxxxxxxx de xxxx,
RG xx-xxxx-xxxx-x, SSP-XX, concluiu com aproveitamento e frequência o Curso de
Pós-Graduação Lato Sensu em nível de ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA -
Área de Conhecimento: Ensino de Ciências e Matemática, em xx de xxxxxxxx de xxxx,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 23 de novembro de 2016.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Director-Geral do Campus

Nome Aluno

ANEXO II – Portaria da comissão de elaboração do projeto



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Portaria nº PRC.0068/2016, de 17 de agosto de 2016

Designa docentes para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu "Educação em Direitos Humanos".

O DIRETOR GERAL DO CÂMPUS PIRACICABA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe confere a Portaria n.º 3.903 de 04.11.2015;

RESOLVE:

Art 1º DESIGNAR a Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* "Educação em Direitos Humanos" do Câmpus Piracicaba:

Adalberto Coutinho de Araujo Neto
Adelino Francisco de Oliveira (Coordenador)
Alexandre Silva
Eliana Maria Cabrini Righi
Gustavo dos Santos Cintra Lima
Paulo Henrique Leal
Ricardo Silveira Orlando

Art 2º DEFINIR que os docentes acima mencionados podem incluir até 02 (duas) horas semanais em seu Plano Individual de Trabalho Docente – PIT.


AGUINALDO LUIZ DE BARROS LORANDI
DIRETOR GERAL